

IDENTIDADE DE GÊNERO LIDA A PARTIR DA PSICOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE OS ESTEREÓTIPOS PRESENTES NA SOCIEDADE

BORGES, Vinícius¹

CAETANO, Ana Carolina de Freitas²

PALAZZO, Flávia³

GOMES, Luiz Guilherme Araújo⁴

RESUMO

Este artigo problematiza a temática identidade de gênero e tem como objetivo discutir sobre o processo da construção social de estereótipos, trazendo um debate e uma abordagem de questões que englobam esses processos, através da perspectiva social e destacando as dificuldades relacionadas sobre questões como o mercado de trabalho, a assistência da saúde pública à população *trans*, os processos jurídicos de união, adoção e registro civil, entre outros processos relacionados a identidade de gênero. Como metodologia foi utilizada a pesquisa qualitativa e bibliográfica, onde as referências serão exploradas pela análise do discurso que se define como um processo que interroga os sentidos que são estabelecidos em diversas formas de produção, sendo verbais ou não verbais a partir da sua materialidade que produz sentido para interpretação. Observamos que os estigmas projetados na população *trans* tendem a ser negativo, o que permite afirmar a necessidade de maior comprometimento da sociedade e especialmente do profissional psicólogo na luta pelo reconhecimento desse grupo.

Palavras-chave: Psicologia, Identidade, Gênero, Transexualidade.

Abstract

This article discusses the theme of gender identity and aims to discuss the process of social construction of stereotypes, bringing a debate and an approach to issues that encompass these processes, through the social perspective and highlighting related difficulties on issues such as the market of work, public health assistance to trans people, legal processes of union, adoption and civil registration, among other processes related to gender identity. As methodology was used the qualitative and bibliographical research, where the references will be explored by discourse analysis that is defined as a process that interrogates the senses that are established in diverse forms of production, being verbal or nonverbal from its materiality that produces sense for interpretation. We observed that the stigmas projected in the trans population tend to be negative, which allows us to affirm the need for greater commitment of society and especially of the professional psychologist in the struggle for the recognition of this group.

Keywords: Psychology, Identity, Gender, Transsexuality.

¹ Acadêmicos do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande.

² Acadêmicos do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande.

³ Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande.

⁴ Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande

Introdução

Este trabalho problematiza o processo de construção social da identidade de gênero em seus principais meios, tendo em vista as circunstâncias que levam à estigmatização dos indivíduos *trans* na sociedade atual, abordando questões das suas representações e as condições nos espaços que ocupam, nos possibilitando a conscientização acerca das práticas sociais vigentes e os conceitos que são pré-estabelecidos histórico e socialmente.

Colocaremos em questão a construção social da identidade *trans*, abordando desde o início da sua descoberta, considerando o indivíduo que se encontra em conflito com o corpo físico e os desconfortos causados pela ausência da aceitação social, insegurança e medo, seguindo até as mais diversas dificuldades para esse público, estando entre elas, a luta contra o preconceito e o acesso ao mercado de trabalho.

Abordaremos questões de políticas de saúde, como a assistência ao *trans* no Brasil, especialmente, na rede pública de saúde, relatando sua história, problematizando o ponto de vista social, o qual caracteriza a definição em relação ao *trans*.

A relevância da temática consiste em destacar as questões sociais que circundam o indivíduo *trans* de forma a significá-lo, ressaltando a maneira como a sociedade encara, significa e produz estereótipos para a pessoa *trans*. Nesse sentido, torna-se pertinente, enfatizar o alto índice de mortalidade ocasionado nos dias atuais devido ao preconceito que acomete a maioria dos indivíduos ora destacados.

Este estudo tem como intento apresentar o processo de construção social da Identidade de Gênero, destacando a relevância da discussão de tal tema no contexto da Psicologia, já que ao longo da graduação a temática é pouco abordada diretamente, sendo tratada com caráter mais didático e considerando minimamente os processos de identidade de gênero. Portanto, o estudo viabilizará o conhecimento desse contexto na contemporaneidade, especialmente para os discentes e futuros psicólogos, além proporcionar uma visão colaborativa para a compreensão da temática já que a mesma possui pouco material de referência, mesmo diante de um tema contemporâneo e relevante para o estudo desse grupo social.

A pesquisa foi estruturada a partir do aprofundamento teórico para que fossem discutidos os paradigmas em torno da polêmica acerca desse tema, a fim de problematizar os processos de identidade de gênero, bem como as relações de apoio que podem contribuir para a qualidade de vida e a inserção social do indivíduo *trans*.

Este trabalho foi delineado mediante o seguinte problema: de qual forma é significada a questão da pessoa *trans* em nosso contexto atual e dentro de uma sociedade regida por padrões?

Nesse sentido, cabe destacar como faz Günther (2006) citando Flick e Cols (2000) que a abordagem interpretativa é característica da pesquisa qualitativa, a partir da qual o presente estudo foi estruturado. Destacando algumas características desse modo de construir o processo de pesquisa os autores:

Apontam a primazia da compreensão como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda característica geral é a construção da realidade. A pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção. Os autores afirmam que a descoberta e a construção de teorias são objetos de estudo desta abordagem. Um quarto aspecto geral da pesquisa qualitativa, conforme estes autores, é que apesar da crescente importância de material visual, a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente. (FLICK e COLS, 2000 *apud* GÜNTHER 2006, p.202)

Dando abertura para nos referirmos à estigmatização, Knauth (apud, Maksud, 2014), desenvolve em suas reflexões o problema da escassez de estudos sobre a questão de estigma no campo acadêmico, fazendo um alerta de que poucos trabalhos se debruçam, seja sobre os processos sociais geradores, seja pelo enfoque naqueles reprodutores do estigma e discriminação.

Os referidos autores afirmam que o estigma é apontado fundamentalmente como uma consequência, ora de uma doença ora de uma situação que nasce como um objeto de discriminação social, configurando ainda, que a perspectiva do sofrimento é tida como uma peça principal na concepção do conceito de estigma e discriminação.

Nos trabalhos de pesquisa que envolvem os temas preconceito e discriminação, no campo dos estigmas, os seus resultados aparecem pela

forma como são realizados diante de diferentes perspectivas disciplinares na ciência sociais e nosso ramo, a psicologia. A discriminação aqui não possui o mesmo valor de conceito, ao menos que tenha sido usada mais como um recurso de ação do que quanto um recurso teórico.

De acordo com Parker (2004, apud Maksud, 2014), conclui-se que nesse momento, se considera os processos culturais, as estruturas de poder além das possibilidades de resistência, com o objetivo de nos direcionar para uma compreensão mais fundamentalmente social e política desses processos.

Em uma observação sociológica, o estigma se repete, se atualiza e também se reinventa. O que demonstra a persistência de diferenciações e hierarquias nas sociedades (MAKSUD, 2014)

Pretendemos aprofundar o caráter qualitativo de nossa pesquisa, considerando a subjetividade do sujeito *trans*, abordando aspectos da sociedade em que ele vive e todas as arestas que atualmente o compõem. Para tal, reunimos diversos artigos científicos com textos pertinentes ao tema que escolhemos a partir do processo de construção do objeto de pesquisa e delineamento da problemática.

A pesquisa qualitativa para Mayring (2002, apud Ghunther, 2006, p. 202), é:

A ênfase na totalidade do indivíduo como objeto de estudo é essencial para a pesquisa qualitativa, é, o princípio da Gestalt. Além do mais, a concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é visto na sua historicidade, no que diz respeito ao processo desenvolvimental do indivíduo e no contexto dentro do qual o indivíduo se formou.

A pesquisa qualitativa segundo Minayo e Sanches (1993, apud SERAPIONI 2000, p. 188), trata de questões como: “valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões”. Sendo assim, se tem um maior enfoque em questões relacionadas à subjetividade e às características apresentadas pelo grupo estudado.

Com isso, a pesquisa qualitativa ajuda a facilitar a busca de medidas que possam intervir nessas questões que englobam a subjetividade referente esse grupo.

Os métodos qualitativos devem ser utilizados quando o objeto de estudo não é bem conhecido. Por sua capacidade de fazer emergir aspectos novos, de ir ao fundo do significado e de estar na perspectiva do sujeito, são aptos para descobrir novos nexos e explicar significados (SERAPIONI, 2000, p. 190).

Podemos destacar que a pesquisa qualitativa pode ser Bibliográfica, em que para Lakatos (2003, p.43), a definição da Pesquisa Bibliográfica: “compreende oito fases distintas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação”.

Assim, podemos pensar que todos esses passos corroboram para uma articulação entre o tema e a pesquisa, em que ambos vão sendo desenvolvidos juntos durante o processo. As oito fases distintas da Pesquisa Bibliográfica auxiliam o autor/leitor da pesquisa na compreensão e na maneira de situá-lo no campo em que estaremos localizados na pesquisa.

Os artigos utilizados são tidos como a principal fonte de informações nesta pesquisa, pois enriquecem o desenvolvimento do trabalho informando também através de outras pesquisas já elaboradas, os avanços referentes a temática, a continuidade ou periodicidade dos estudos realizados sobre o tema, bem como a participação da psicologia nesse contexto.

Para iniciarmos na compreensão dos processos de identidade de gênero, é importante destacar como ocorre a construção da identidade social que acomete toda a humanidade a partir do seu nascimento e sua inserção dentro de uma cultura. Assim, colocaremos em questão essa formação do papel social, articularemos como as questões relacionadas à autoimagem e autoconceito do sujeito *trans* podem interferir na construção identitária desse grupo.

Podemos construir a ideia de que na formação do sujeito *trans* há também a formação de um “eu”, como ocorre com todas as pessoas que adentram a uma sociedade, o sujeito nasce em uma cultura pronta na qual ele se assimila ou se internaliza, assim ele se depara com o obstáculo das diferenças perante os outros, que também fazem parte desse processo cultural de estar e ocupar um papel dentro daquela sociedade.

Para viabilizar esse entendimento, cabe destacar que Luria e Vygotsky (1992) já destacavam a importância da comunicação para a expressão das questões relacionadas a ação voluntária e das vontades do sujeito que demanda ser alguém (BONIN, 2008)

O surgimento do “eu” está relacionado a autoimagem, que se sustenta na capacidade de observação e reconhecimento de sua imagem refletida.

Assim, a regulação dos impulsos e emoções dependem também do controle egóico que parte do conhecimento dos seus sentimentos para a autorregulação advinda propriamente do ser humano (ELIAS, 1994 apud BONIN, 2008)

Quando refletimos sobre autoimagem/autoconceito do indivíduo, pensamos que ao enxergar-se, este reconhece várias possibilidades que fazem com que ele se veja como alguém que tem particularidades que abrangem sua autoestima. Ao sentir-se dentro de um corpo que acredita ser único, porém repleto de características subjetivas que os tornam exclusivos em razão de seus impulsos e emoções, fazendo parte de sua construção como indivíduo, antes mesmo deste adentrar aos papéis sociais, o colocando primeiramente na condição de ser humano e depois integralizando o papel atribuído culturalmente de sujeito *trans*.

Assim, Luria e Vygotsky (1992, apud BONIN, 2008), já destacavam a importância da comunicação para a expressão das questões relacionadas à ação voluntária e das vontades do sujeito que demanda ser alguém, caracterizando as relações que surgem do interpessoal para o intrapessoal. A autorregulação da conduta pela fala é conduzida primeiramente através da relação materna com a criança, em que a mãe a instrui verbalmente nos seus primeiros anos de vida até a formação da sua linguagem, e posteriormente a criança mesmo adquire a capacidade autoinstrução do seu comportamento voluntário.

Segundo Jesus (2012), a definição de gênero tem sido um assunto muito polêmico, uma vez que a rotulação de masculino e feminino tem sido baseada no sexo biológico. Porém, sabemos que esse processo de identificação vai muito além da nossa anatomia, ela também é uma questão social. Uma vez que, essas concepções de masculino e feminino sofrem alterações culturais dependendo da localidade.

Para isso, Jesus (2012) propõe respaldarmo-nos em um conceito que permeia além da cultura, que é denominado “identidade de gênero”, sendo está considerada a percepção do sujeito em relação a sua própria sexualidade.

Pessoas que se identificam com alguma das expressões da transgeneralidade enfrentam um primeiro desafio: reconhecer a si mesmas e fazer decisões pessoais sobre se e quando irão se apresentar aos outros da forma como se identificam. Cada um (a) tem o seu tempo. É preciso compreender que essa atitude não é simples de se tomar, nem fácil de pôr em prática, porém é necessária, para

que elas possam ser quem são por inteiro, entre seus amigos, na família, no trabalho, na rua. (JESUS, 2012, p.10)

Segundo Moreira e Padilha (2014), a identidade de gênero em suas primeiras elaborações era considerada como uma patologia sexual, porém, atualmente tem sido definida através dos padrões condutais designados para homens e mulheres, sendo que o desarranjo promovido pelo não relacionamento entre o sexo físico e o sexo biológico alteram também esses padrões de conduta impostos socialmente.

Consequentemente, quando se trabalham as temáticas de diversidade sexual/condutual é compulsório desfragmentar a totalidade unificada do gênero, para rever os verdadeiros conceitos de masculinidade e de feminilidade, (re)conceitualizando a sexualidade como a não heterossexualidade ou hetero-cisnormatividade obrigatória, derivada da combinação binária entre homem e mulher. Diante disso, só a desfragmentação concreta do corpo, do gênero e do sexo desmitificariam as estigmatizantes práticas sociais que definem a transexualidade como uma anormalidade que altera a essência do ser humano. (MORERA e PADILHA, 2014, p.34).

Atualmente, muito é discutido sobre a questão das definições do processo de identidade de gênero, pois para Moreira e Padilha (2014), algumas nomenclaturas transitam entre os transtornos mentais classificados inicialmente, passando pelas definições psiquiátricas registradas no DSM V que categorizam como transtorno de identidade de gênero e, por fim, se dividindo nas questões que *desrotulam* o sujeito, para o qual se utiliza o termo transexual. Porém a sociedade ainda se divide entre a patologia e o sujeito em questão de modo que a concepção transita entre essa dicotomia.

Em linhas gerais, a condição transexual se caracteriza pelo sentimento (por vezes intenso) de não-pertencimento ao sexo biológico, sem a manifestação de distúrbios psíquicos e sem bases orgânicas. É uma situação que vai além da própria mudança corporal que é instigada pela não correspondência/conversa entre o sexo (biológico) e o gênero (social). Isto supõe que poderemos denominar transexual a uma pessoa que considere necessário transformar seu corpo embora não tenha consolidado a mudanças por diferentes razões: econômicas, sociais, físicas, psicológicas. Porém, mais importante do que definir os critérios para classificar alguém como transexual é estar atentos sobre a garantia dos direitos humanos e o respeito às pessoas que se reconhecem como tal (MORERA e PADILHA, 2014, p.35)

Sendo assim, o processo de identidade de gênero ocorre diretamente no campo social, já que esse processo propõe uma separação entre o corpo físico e o gênero que o indivíduo se identifica. Inicialmente, o termo transexual

segundo Pollo (2016), foi criado a fim de categorizar um tratamento hormonal proposto por Harry Benjamim (1885-1986), com a finalidade de experimentação temporária do sexo que o indivíduo se identificava para que por fim pudesse então seguir para o processo cirúrgico.

De acordo com Harry Benjamim (1885-1986, apud POLLO, 2016), essa relação entre o transexualismo e a endocrinologia, atribui a não definição sexual, pois acreditava na etiologia do transexualismo e na origem da mudança de sexo garantindo um aspecto biológico-genético. Contribuindo para que os primeiros estudos sobre identidade de gênero se iniciassem através de uma perspectiva sócio antropológica.

Deste modo, as definições de sexo como algo biológico e gênero como ser social, desvincula das teorias que diagnosticam a identidade de gênero como uma doença psíquica. Através desse ponto de vista temos o psiquiatra John Money (1921-2006 apud POLLO, 2016), que propõe a independência entre esses dois pontos relacionados que definem o sujeito. Nesse processo de dependência, a identidade sexual só atingiria a compreensão na maturidade sexual, sendo assim, tanto o comportamento masculino quanto o feminino seriam construídos através do meio social.

Atualmente a transgeneralidade divide-se em várias personificações diferentes, porém, o processo de identificação de gênero é algo que ocorre a todas as pessoas, pois para Jesus (2012), mesmo em casos que a identificação entre o sexo biológico e o gênero esteja de acordo, o sujeito também passa pelo processo de identificar-se com sua sexualidade, sendo essas pessoas consideradas nos novos termos como cis gêneros, nesse processo de identificação temos também pessoas que não se identificam com nenhum gênero e que, geralmente, nesse caso é utilizado o termo “andrógino”.

Percebemos que a crença estabelecida na anormalidade ou na patologia, faz com que cada dia mais as pessoas transexuais sofram preconceitos e em muitos casos acabem sendo mortas por não se enquadrarem dentro do conceito cultural da normalidade. Segundo Jesus (2012), no Brasil, por exemplo, a exclusão é algo bem comum, assim, se deixa de inserir os transexuais até mesmo no mercado de trabalho. Esse tipo de preconceito é chamado de “transfobia” e que geralmente leva as pessoas a cometerem crimes de ódio relacionados às pessoas *trans*.

Segundo Jesus (2012), ainda hoje temos uma distorção entre a orientação sexual e a identificação de gênero, uma vez que esses dois aspectos não relacionados como acredita-se outrora.

Ao pensarmos em definições, é importante levantarmos as questões relacionadas ao registro civil, pois através disso, o sujeito pode utilizar o nome pelo qual deseja ser tratado. Segundo França et al (2017), foi através da Lei 9.708/98, que ao sujeito foi possível a alteração do nome, pois a Lei 6.015/73, que tinha o prenome com caráter imutável em seu artigo 58, foi anulada possibilitando assim, a mudança no registro civil.

Embora haja a possibilidade de alteração do nome, há uma burocratização para que essa mudança de fato aconteça, segundo França et al (2017), é necessário que ocorra primeiramente a realização da cirurgia de redesignação sexual, o que pode demorar mais para ocorrer, já que entra em questão também a condição financeira do sujeito, levando em consideração o alto valor do processo cirúrgico.

A sociedade tem interesse em não confundir seus membros entre si, e a esse interesse público se soma o interesse privado do indivíduo em se identificar e não ser confundido com outrem. Assim, o nome deve refletir o âmago da personalidade individual, condizer com o seu estado pessoal e social, bem como deve estar consorte com o psíquico, sua honra, imagem pessoal e social, não podendo ser ridículo ou vexatório (VIEIRA, 2008, apud FRANÇA et al, 2017, p. 8).

Portanto, é possível percebemos que a pessoa *trans* por ser estigmatizado, encontra sempre barreiras que o impede de fugir das questões relacionadas a “normalidade”, mas que mesmo diante de tanta luta, pouco a pouco vai conseguindo possibilidades de se firmar como sujeito, obtendo uma melhor qualidade de vida através dessas conquistas, como no caso da alteração do nome no registro civil.

Para Carvalho (2006), em relação ao mercado de trabalho, encontramos mais barreiras como no processo de registro civil, pois a prostituição é algo bem comum na vida de pessoas *trans*, isso decorreria em partes, dos olhares preconceituosos que os excluíam da condição de trabalho, sendo possível observar que a maioria já esteve em contato com a prostituição como maneira de subsistência, sendo comum entre esses sujeitos o sonho de cursar uma faculdade.

Ainda no que tange o assunto, no ano 2000, uma pesquisa levantada pelo Grupo Esperança revela que a grande maioria (83%), é ou foi profissional do sexo. Outras ocupações mencionadas são: cabeleireiras, cozinheira, auxiliar de produção, estudante, recepcionista e maquiadora; destacamos que tais atividades são aquelas atribuídas socialmente às mulheres, historicamente menos valorizadas e remuneradas (CARVALHO, 2006, p.1)

Quando citamos as questões familiares devemos avaliar a concepção de família que vem sendo estruturadas dentro de padrões “normativos”. Segundo Zambrano (2006), há um transito de valores que remetem as tradições, onde a família nuclear (pai, mãe e filhos), correspondem a maioria das classificações relacionados a essa questão, o termo utilizado para definir a forma de constituição familiar na qual existam pais ou mães homossexuais, transexuais ou travesti é a “família homoparental”, que pela impossibilidade dos fatores biológicos para procriação, essa nova constituição de família busca métodos como a inseminação, adoção ou a reprodução com pessoas do sexo biológico oposto (co-parentalidades).

Ele está apoiado em uma realidade biológica irreduzível até esse momento: é necessário um homem e uma mulher para produzir uma criança. Como consequência, a família nuclear procriativa parece se impor como uma verdade incontestável, justamente por estar socialmente de acordo com o fato biológico (ZAMBRANO, 2006, p.125)

Conforme Zambrano (2006), para o transexual poder exercer a parentalidade, deve-se ter filhos de relações heterossexuais anteriores ou pode ser feito através da adoção formal ou informal para os casais homossexual, ou informal para os transexuais e travestis, devido as questões jurídicas que ainda dificultam a adoção formal para o trans, sendo necessários recorrer a outros métodos.

A adoção informal, desse modo, resulta de uma conjunção entre o desejo de ter filhos e o compadecimento em relação à situação de abandono das crianças. Mais do que pena, a criança abandonada desperta uma identificação com a sua trajetória pessoal de preconceito e abandono. Quando perguntadas sobre as preferências por sexo ou raça das crianças, elas tendem a responder que “tanto faz”. Algumas informantes dizem, inclusive, que nem iriam se importar se a criança não fosse “perfeitinha”, aceitariam e criariam com muito amor a criança mesmo que “faltasse um pedacinho”. Assim, elas geralmente recorrem ao poder judiciário apenas para pedir a guarda da criança de que já cuidam (ZAMBRANO, 2006, p.134).

Porém, quando os transexuais buscam formalizar a adoção da criança, há uma burocratização das instituições oficiais que questionam sobre

escolaridade e profissão, no qual devido ao preconceito sofrido dentro de casa, muitos sujeitos *trans* optam pela prostituição, onde a maioria já trabalha ou já trabalhou como profissional do sexo. Além disso, a eficiência materna ou paterna do indivíduo *trans* em exercer esse determinado papel não está diretamente ligada a função sexual do sujeito, o que não impede que o transexual cumpra com qualificação as expectativas esperadas para essa função (ZAMBRANO, 2006)

Ao entrarmos nas questões de parentalidade e adoções, devemos ressaltar as condições afetivas dos sujeitos *trans*, devemos considerar as novas formas de relação da sociedade em geral, na qual as pessoas adquirem um papel descartável a medida que não supre os interesses do parceiro (a).

Considerando que, a visibilidade das “minorias sexuais” foi possibilitada pela pósmodernidade, torna-se imprescindível reconhecer e conhecer os conjuntos de características típicos do cenário contemporâneo, como: transformações em velocidade estonteante, avanços tecnológicos, mudanças profundas nas relações entre os indivíduos, rupturas de paradigmas, novos padrões de ética, valorização da estética e do consumo. Essa valorização leva a lógica das paixões consumistas cujas ressonâncias vêm afetando os vínculos afetivo-sexuais que, ao adequarem a essa lógica consumista, o sujeito passa a ocupar o lugar de objeto descartável e ou reciclável (SOARES, 2010, p. 2).

Dessa forma, Soares (2010), propõe que a globalização da informação é o que dita a maneira de expressar as emoções e da forma como as pessoas se relacionam, considerando também aspectos como padrões de beleza e conduta e até mesmo os papéis masculinos e femininos designados pela sociedade atual.

O patriarcado contemporâneo, citado por Fávero (2010, apud SOARES, 2010), explica que antigos padrões de dominância do sexo masculino se estabelecem destacando a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, onde se estabelecem relações baseadas na dominação também na atualidade.

Conforme citamos acima, o desejo presente no sujeito *trans* de constituir uma família segue por uma burocratização jurídica, pois segundo Luz (2013), a mudança de sexo atinge também direito de terceiros, caso haja dependentes e relacionado ao cônjuge que deve estar ciente da condição da pessoa antes do casamento ou união estável.

Havendo o estabelecimento de um novo sexo, decorrente da cirurgia, quando o indivíduo pretendesse casar com indivíduo do sexo divergente do seu novo sexo, estar-se-ia preenchendo o requisito da diferenciação sexual que estabelece a legislação brasileira, pois ocorreria uma conformação do sexo social do indivíduo. Contudo, se não for entendida a cirurgia como capaz de realizar a mudança do sexo, pois haveria apenas a mudança na morfologia dos órgãos sexuais, permanecendo, contudo, a manutenção da genética do indivíduo formada pelos cromossomos, portanto continuaria pertencente ao sexo originário, sendo, em conclusão, inexistente o casamento do transexual (MALUF, 2010 apud LUZ 2013, p. 11).

Quando abordamos questões jurídicas, é possível que dentro desse contexto de preservação do direito do outro, a legalidade do casamento ou união estável fique sobre o cumprimento de que o parceiro (a) deve saber do ato cirúrgico de mudança de sexo, podendo invalidar o casamento caso o mesmo não esteja inteirado sobre o processo cirúrgico. Conforme propõe Luz (2013), assim podemos notar também que as questões que permeiam esse processo estão pautadas sobre a possibilidade da cirurgia efetivamente mudar o sexo do sujeito.

Atualmente, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), decidiu permitir a habilitação para casamento entre pessoas do mesmo sexo mesmo que a cirurgia de transgenitalização não tenha sido realizada, ainda é possível a realização da união estável entre o casal (LUZ, 2013).

Podemos aqui definir que articulando aos temas de casamento, a vida afetiva, relações familiares e mercado de trabalho, temas esses em que constitui a vida social do sujeito *trans*, trazemos a ideia de Prado e Machado (2008), em determinada Prática Sexual (transexualidade) por si só já envolve e carrega diversas questões que estão entrelaçadas entre si, de modo que historicamente elas já estavam presentes por relações sociais, identidades e maneiras de inserção no mundo público, com comportamentos particulares entre si entre os indivíduos nos quais estão presentes.

Observa-se também, que em contraponto desses assuntos abordados, a condição do indivíduo *trans* à exclusão e a violência parte do discurso inicialmente hegemônico, influenciado pelo discurso religioso e biomédico. (PRADO E MACHADO, 2008).

Ainda que a visibilidade e a aparição pública das homossexualidades tenham entrado na agenda social e política, convivemos com o preconceito homofóbico, com um número alarmante de assassinatos de homossexuais,¹ com violações dos direitos sexuais de toda ordem e com a violência institucional que perpassa todas as instituições

sociais, econômicas e políticas, sem falar nas educacionais, religiosas e militares (PRADO e MACHADO, 2008, p. 15).

Conforme descrevem Carrara e Saggese (2011, p. 202), “Homens que rompem com convenções sociais de gênero e sexualidade estão particularmente expostos a situações de violência e discriminação”. Ou seja, a partir do movimento que o *trans* faz em reconhecer que não é pertencente ao sexo que foi designado, ele estará vulnerável a passar por situações de violência e discriminações categorizadas como transfobia.

Desejar uma apresentação de si em conformidade com as convenções de gênero masculinas teria como função resgatar uma “normalidade aparente” previamente transgredida pelo fato de ser homossexual ou manter práticas homossexuais (CARRARA e SAGGESE, 2011, p. 216).

Podemos trazer aqui à tona o disfarce de mascarar não só o homossexual, mas também o sujeito *trans*, que também está em uma aparente fuga de qualquer conceito que lhe é imposto na sociedade, o que faz com que ele nunca seja visto ou se comporte de acordo com que para ele seria mais viável dentro desse grupo apenas por não pertencer à chamada normalidade aparente e vigente.

Considerando todo esse contexto que engloba os processos de identidade de gênero, é válido citarmos a atuação do profissional psicólogo articulada ao Código de Ética apresentadas pelo CFP (2005), juntamente com o esclarecimento de suas responsabilidades como psicoterapeuta e também seu papel relacionado a luta perante as minorias.

Segundo as propostas do CFP (2005), para a atuação do profissional psicólogo, é vedada a prática ou a cumplicidade em qualquer ocasião que envolva a discriminação, opressão, exploração, violência ou qualquer que seja a sua participação em atos que atente contra a Constituição dos Direitos Humanos. Assim, podemos perceber que diante a tanta estigmatização da população *trans*, o profissional psicólogo deve ajudar a garantir um espaço sem discriminação decorrente da a orientação sexual do sujeito dentro da sociedade. Bem como, ajudar a promover além do apoio psicológico em terapia ao sujeito, mas também auxiliá-lo na luta contra qualquer forma de discriminação social que esse sujeito possa vir a sofrer, garantindo também

uma maneira para que as práticas sociais desse sujeito sejam aceitas dentro da sociedade na qual ele está inserido.

Considerando também que o é vedado ao psicólogo induzir suas crenças, sejam elas filosóficas, morais, políticas ou de orientação sexual dentro da sua atuação como profissional, também é um ponto relevante dentro desses processos que envolvem a identidade de gênero, pois em clínica, para o atendimento da população *trans*, essa proposta do CFP (2005), veta a imposição do padrão heteronormativo baseado na concepção do psicólogo, portanto, o atendimento em clínica do sujeito *trans* deve considerar o sujeito como aquilo que ele próprio representa, diminuindo ainda mais a percepção daquele sujeito como estigmatizado, colaborando para que junto a ele possam abrir um espaço social mais efetivo e menos descriminalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos realizados podemos perceber o quanto é relevante a discussão sobre as questões que envolvem os processos de identidade de gênero, pois podemos avaliar que devido à falta de compreensão da sociedade em relação ao sujeito *trans*, que tem cada vez mais fortalecido o processo de exclusão. Podemos compreender também que, a mesma sociedade que por um lado coloca esse sujeito a estigma da prostituição e que muitas vezes é o caminho que ele tem para garantir a sua sobrevivência, é a mesma sociedade que fecha as portas do mercado de trabalho para essas pessoas, deixando como única saída a prostituição como forma de subsistência.

Assim, é perceptível que as estigmatizações que estão relacionadas a essa formação de conceito de identidade é o que mais influenciam também os estudos dentro do tema, pois até mesmo os sistemas de saúde vem modificando as formas de assistência, assim como os avanços desses processos tem sido melhores entendidos pela sociedade atual, considerando o sujeito *trans*, como uma pessoa portadora de direitos e dono das suas próprias escolhas, oferecendo então atendimentos que vão desde acompanhamento psicológico até os procedimentos cirúrgicos, mesmo que dentro desse campo podemos notar que ainda há uma certa dificuldade em atender todas as

demandas. Por fim, podemos concluir que as questões que envolvem a identidade de gênero deveria ser apenas uma escolha do indivíduo que passa por esse processo de percepção de si.

A Psicologia, portanto, busca compreender esses fatores sócio históricos que leva em consideração o indivíduo em suas práticas sociais e as influências que esse meio exerce sobre ele. Assim, podemos observar durante a pesquisa que, tanto os fatores positivos quanto os negativos da compreensão social dos processos de identidade de gênero, é o que de fato irá qualificar a vida do sujeito *trans*, como podemos ver em situações relacionadas ao mercado de trabalho.

Podemos pensar também ao articularmos a Psicologia ao nosso tema, que quando nos referimos à um serviço de Psicoterapia, são trabalhados ao decorrer do tratamento, questões relacionadas à decisão do indivíduo *trans* em se submeter a uma cirurgia de readequação de sexo, em que aqui envolve o desenvolvimento de uma conquista de confiança até aos seus próprios auto conceitos, visto que muitos deles possuem uma autoimagem que remete as ideias preconceituosas impostas pela própria sociedade, e que para isso recorrem a medicina como a salvação de seu estado. Além disso, a psicoterapia é válida por trazer também a tona o problema de preconceito social que muitos *trans* vivenciam em seu cotidiano, o que nesse processo por meio de intervenções, faz com que eles reflitam sobre o grau de dificuldade das pessoas ao seu redor na compreensão e respeito da população LGBT..

Nota-se que o enfrentamento durante toda a história da transexualidade é caracterizado pela discriminação do sujeito *trans*, onde ele ganha desde um caráter patológico que mesmo perante a uma abordagem social que o engloba como um sujeito no seu processo de identificação de gênero ainda o predispõe como um sujeito discriminado, fazendo com que esse indivíduo tenha que enfrentar batalhas diárias que vão do processo de registro civil até a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.

Esse processo de não aceitação social gera também crimes de ódio praticados por uma sociedade transfóbica mascarada de modo que inviabiliza a qualidade de vida do sujeito *trans*, o que acarreta não somente uma luta pelos direitos, mas também uma luta para que ele possa existir sem medo de ser executado pelas suas diferenças.

Por fim, na luta da promoção de direitos devemos considerar o trabalho do profissional psicólogo que ao atuar dentro da ética da sua profissão, deve olhar o sujeito *trans* como um sujeito de direitos como qualquer um e buscar sempre garantir espaços para que esse sujeito que demanda ser alguém socialmente aceito tenha espaço dentro de uma sociedade que reduz suas opções como cidadão de direito.

Portanto, a luta pelo direito do *trans* é uma luta que busca fugir da estigmatização dentro de um ambiente discriminativo, é garantir a esse sujeito firmar-se e expressar-se socialmente da maneira que suas práticas sociais também sejam consideradas dentro dos diversos padrões normativos que a sociedade impõe, garantindo também direitos que o permitam ser quem ele é e que o integre como parte de um ser social, considerando-o como um sujeito que depende de meios de subsistência como qualquer um outro, abrindo assim espaços que vão além do mercado de trabalho, mas também em toda as burocracias judiciais que o impedem de ser reconhecido socialmente.

REFERÊNCIAS

- BONIN, LFR. Considerações sobre as teorias de Elias e de Vygotsky. In ZANELLA, AV., et al., org. **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 19-27. ISBN: 978-85-99662-87-8.
- CARRARA, S., and. SAGGESE, G. Masculinidades, violência e homofobia. In: GOMES, R., org. **Saúde do homem em debate** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 201-225. ISBN 978-85-7541-364-7.
- CARVALHO, Evelyn Raquel. **“Eu quero viver de dia”** - Uma análise da inserção das transgêneros - no mercado de trabalho. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero 28, 29 e 30 de 2006.
- Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética do Profissional Psicólogo/Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2005.
- FRANÇA, I. S, ANDRÉ, N. T., OLIVEIRA, S. V.; Transexualismo e as Relações Jurídicas. **Revista Científica Integrada**. [2017?] vol. 3, edição 3.
- GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2006, vol.22, n.2, pp.201-209. ISSN 0102-3772. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>.
- JESUS, Jaqueline **Gomes de. Orientação sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. 2 ed. Brasília, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, Jamile P. da. Implicação jurídica do reconhecimento do direito à identidade sexual: uma análise da transexualidade. **Revista Unifacs**, n. 151, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/2445/1792>

MAKSUD, Ivã. Estigma e discriminação: desafios da pesquisa e das políticas públicas na área da saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 311-321, Mar. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000100311&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000100017>

MORERA, Jaime A. C., PADILHA, Maria I. TRANS-FORMAÇÃO: UMA REVISÃO SOBRE OS PRINCIPAIS CONCEITOS DA TRANSEXUALIDADE. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, Vol. 4, n.1. 2015 <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/saudesantacatarina/index>

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito Contra Homossexualidades**: A hierarquia da Invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008. (Preconceitos, 5).

SERAPIONI, Mario. Método qualitativo e quantitativo na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 5, 2000, p. 187-192. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089>

SOARES, M. A. **Vivências afetivo-sexuais de parceiros transexuais**. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidade, Deslocamento. Ago-2010.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. Ano 12, n. 26, p. 123-147, jul./dez. 2006.